

Herança de disciplina: a memória social do ruralismo sobre os trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro (1900-1920)*

*Manoela Pedroza***

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a memória social sobre os trabalhadores rurais (os “nacionais” segundo a terminologia de época) criada e propagada pelo núcleo ruralista, fração da classe dominante fluminense na Primeira República. Entende-se que o período após a abolição e proclamação da República foi um momento de crise de dominação, quando relações de poder e de produção estavam sendo rapidamente solapadas ou questionadas. Por isso, seria necessário que o grupo ruralista, que hegemonizou com dificuldades a política estadual nas duas primeiras décadas do século, construísse uma imagem do trabalhador nacional – livre ou liberto – que justificasse políticas coercitivas ou disciplinarizadoras dessa força de trabalho. Um porta-voz importante desse discurso foi Alberto Torres, cujos textos escolhidos (alguns inéditos) vou analisar e contrapor com outras versões dessa memória, tentando explicitar o caráter intencional, parcial e “interessado” da construção de uma imagem que apagou os conflitos e idiotizou os homens livres e libertos pobres daquele momento, para melhor controlá-los.

Palavras-chave: memória social, trabalhadores rurais, estado do Rio de Janeiro.

Introdução

Não é fácil falar da memória sobre o universo rural brasileiro. Primeiro, porque podemos confundi-la com as próprias estruturas econômicas que conformaram o 'sentido da colonização' em nosso país (PRADO JR., 1992). Nesse caso, transformaríamos o processo de construção de imagens na própria referência factual e histórica de que a memória se aproveita como terreno, mas não chegaríamos à utilidade desse processo no presente. Segundo, porque a estrutura de dominação, sempre ancorada em muitas terras para poucos donos, já demandou por si só suficiente construção de consenso social para que aceitemos como fatalidade uma situação que foi sendo naturalizada, isenta de conflitos ou de responsabilidades humanas.

Naturalizar o universo rural é vê-lo como extensão da natureza ou conseqüência de fatores ambientais, se me permitem o pleonasma. Este processo é, certamente, mais fácil do que naturalizar a "indústria" ou o "folclore", porque, nestes casos, não pode ser excluída a dimensão de trabalho humano de maneira tão displicente. Nosso campo foi pintado como um paraíso sem homens: grandes riquezas e potencialidades naturais inexploradas, mas subaproveitadas por um povo indolente e pouco ousado, que não tardou em migrar para as cidades, se livrando do eito ou da eterna faina de labutar da roça. Essa versão nacional da pobreza no campo foi consolidada com a inauguração republicana, e legou aos trabalhadores nacionais um vazio de significado histórico, pois não puderam ser nada sem os imigrantes. Falamos de imagens que se misturam a sentimentos vagos: preguiça, beleza, incapacidade, fertilidade, marasmo; tudo isso poderia se referir ao campo brasileiro.

Paralelo a isso, no estado do Rio de Janeiro, a construção de uma indissolúvel crise estrutural na agricultura, a partir do final do século XIX, se fundou na aceitação de que libertos-negros não labutam, que o café esgotou eternamente os solos, que a cidade sugou os braços agrícolas, que a falta de uma plantação competitiva no mercado internacional foi a ruína de uma região.

A obra de Vítor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto” (1975), reflete a memória produzida sobre o trabalhador rural brasileiro, a famosa imagem do “Jeca Tatu” (CARVALHO, 1998). Uma memória continuamente reconstruída a respeito da terra e do trabalho rural no Brasil – e ainda não deixou de ser por continuar a ser funcional a interesses do presente, mas que não resiste a uma crítica historiográfica acurada.

Devemos atentar para o caráter pouco natural do processo de reinvenção da exclusão política dos trabalhadores rurais no Brasil: se podemos dizer que a reconstrução de uma memória tem a ver diretamente com a reafirmação da hegemonia de determinado grupo, o momento da “invenção republicana”¹ no estado do Rio de Janeiro não poderia prescindir desse tipo de instrumento. Isso porque transformações profundas alteravam, perigosamente, os mecanismos de reprodução do *status quo* dos grandes proprietários, tanto nas relações de produção (com a abolição da escravidão, a concorrência com o café paulista e a industrialização), quanto nos instrumentos de dominação (a República, o sufrágio mais amplo, o federalismo, as disputas de projetos políticos).

Neste texto, restrinjo-me a sondar como se deu a construção intencional das imagens sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Rio de Janeiro, isto é, o processo de produção, divulgação e perpetuação da memória construída pelo núcleo ruralista. Não teria tido esse interesse em especial – pois a construção de imagens a respeito de terra e trabalho foi majoritariamente vitoriosa na disseminação de representações consensuais, consolidadas firmemente e pouco abaladas por disputas ao longo da história – se não tivesse me deparado com uma situação excepcional de conflitos de imagens sobre o campo, dentro de uma disputa mais ampla por poder que permeou quase todo o período da República Velha entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conflitos políticos no estado do Rio de Janeiro entre 1898 e 1920

O Ruralismo foi o movimento político de organização de interesses de uma fração da classe dominante agrária brasileira (mais precisamente a fluminense), englobando um conjunto de representações e práticas acerca do mundo rural, seus agentes e seus órgãos difusores (MENDONÇA, 1997). Para mim, esse movimento também envolverá as memórias por eles produzidas.

Considero que os trabalhos de Alberto Torres são emblemáticos para explicitar as idéias e a trajetória do grupo ruralista do Rio de Janeiro. Nascido em 1865, filho de um poderoso político do Partido Conservador – Manoel Martins Torres, fazendeiro da região de Porto das Caixas, que se incluía nas partes afetadas pela crise de mão-de-obra do estado. Bacharel em Direito (formado pela faculdade de Recife, onde se encontrava a escola teórica que trouxe as teorias raciais para o Brasil), muito cedo se embrenhou na política fluminense, participando do período das grandes mudanças institucionais.

Ele foi um dos fundadores do Partido Republicano Fluminense e atuou anos de sua juventude nas campanhas abolicionista e republicana, ao lado de Quintino Bocaiúva. O idealismo dos históricos fluminenses no papel reformista da república contrastava com o pragmatismo dos históricos paulistas, cafeicultores e avessos ao conteúdo social dos discursos republicanos. Mesmo assim, esta corrente fluminense, num primeiro momento, participou das eleições gerais de 1891 e disputou espaços na formulação da constituição republicana.

Desde 1892, com a fundação do PRF, houve sucessivas tentativas de se constituir um bloco coeso da elite fluminense, o qual poderia garantir a implementação de políticas que resgatassem o vigor econômico da produção agrícola do estado. O bloco do PRF – congregando republicanos históricos, como Alberto Torres, e monarquistas – era a garantia da autonomia política estadual contra o poder das intervenções do governo federal hegemônico pela elite

paulista, que não via com bons olhos as propostas heterodoxas dessa fração dominante fluminense.

No contexto crítico da falta de competitividade dos produtos fluminenses e de intensa urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a reorientação da produção para o mercado interno parecia ser uma saída razoável.² Nesse contexto, foi aprovado o Programa de Recuperação Econômica proposto pelo então governador Alberto Torres na Assembléia Legislativa. Esse plano continha várias medidas “radicais”: difusão da pequena propriedade, valorização do trabalhador nacional, diversificação agrícola e imposto territorial. Se a vocação agrícola do país não era contestada, o que estava sendo produzido no campo podia sê-lo. As propostas de diversificação agrícola foram a grande bandeira do ruralismo fluminense, e um dos principais pontos de discórdia tanto com o governo federal – que defendia a proteção ao café – quanto com os setores ligados à exportação dentro do estado (principalmente os usineiros de cana de Campos dos Goytacazes). Houve forte reação dos proprietários rurais, organizados pela facção monarquista do PRF. Por isso, os anos de 1896 a 98 marcam um período tenso entre governo estadual, chefes locais e governo federal.

O bloco do PRF começaria a ruir quando os chefes locais – coronéis resistentes ao intervencionismo ruralista – passaram a se aliar aos grupos dissidentes do estado e, por oposição binária, ao governo federal.

Este desequilíbrio na correlação de forças marcou, durante as décadas de 1900 a 1920, uma profunda instabilidade na política fluminense. Este “caos político” (ao qual Alberto Torres se referia constantemente em seus artigos) estava ligado à falta de partidos estaduais fortes e representativos em âmbito federal, às constantes intervenções nos processos eleitorais dos eleitos “não consonantes”, e às disputas permanentes entre chefes locais e regionais pelo poder estadual (FERREIRA, 1994, 1989). Por isso, o governo de Alberto Torres terminou e o programa não saiu do papel. Quando saiu da vida pública, passou a sustentar-se, escrevendo artigos em grandes jornais e vendendo seus livros.

Considero que, se as intenções e projetos do grupo ruralista estão sendo cada vez melhor estudadas, o trajeto histórico foi sempre mais duro. No caso ruralista, ele não pode ser trilhado até o final. Então, mais ainda me interessam os efeitos de uma memória que, rachando-se, permite-nos ver melhor suas contradições, explorar a perecibilidade de suas propostas, ou reconhecer a vitória de sua disputa por uma hegemonia imagética.

Após esta breve introdução sobre as disputas políticas no estado do Rio de Janeiro e a biografia de Alberto Torres – para contextualizar melhor o leitor –, vamos às questões dessa pesquisa.

Fontes e metodologia

O primeiro problema que tive de enfrentar nesse trabalho foi o fato de haver um “auto-enquadramento” por Alberto Torres de sua própria trajetória social, intelectual e política. Depois de um período de perplexidade devido à quase ausência das temáticas que buscava em seus artigos, passei a encarar essa falta como um núcleo proposital da obra do autor. Longe de ser uma parte menos sólida, que pudesse ser desenvolvida com contradições ao longo de seus escritos, a negação das lutas e ações dos trabalhadores em geral foi algo tão marcante (se acreditamos que a sociedade está permanentemente crivada deles) que merecia uma análise mais aprofundada.

Por enquadramento de memória, entendemos o processo de utilização, seleção e combinação dos fatos históricos por um determinado projeto de memória, de acordo com os interesses de agentes do presente na reinterpretação do passado (POLLAK, 1989). Portanto, meu conceito de ‘auto-enquadramento’ revela que o próprio autor apagou da memória política e intelectual que queria construir de si próprio todas as disputas e ações suas que não se encaixavam na linha de coerência das idéias que queria afirmar. As questões em que se envolveu, os interesses que representava e as estratégias políticas pelas quais optou em sua passagem pelo poder fo-

ram simplesmente ignoradas, sendo lembradas somente as ações que se encaixavam numa linha de continuidade com suas idéias do presente que queria legitimar.

Concluí que a abundância de livros e artigos de Alberto Torres sobre os problemas da organização nacional (como ele os conceituava), contrastando com a pobreza de análises e reflexões suas a respeito dos conflitos candentes no período em que esteve na administração do estado do Rio de Janeiro, faziam parte de sua estratégia de convencimento e legitimação de suas propostas, que giravam, basicamente, em torno de um planejamento e controle estatais autoritários da economia e da sociedade. Se era difícil não ver os problemas (ainda mais no estado do Rio de Janeiro), eles tinham de ser rearrumados numa imagem que permitisse e justificasse políticas intervencionistas e autoritárias.

Ninguém que tenha deixado tal volume de opiniões a respeito de quase tudo poderia não ter falhas em seus projetos. Em alguns momentos, quem sabe premido pela indignação ou angústia frente a algum acontecimento novo ou fatalidade, ou pela necessidade de arranjar temas novos a cada semana, Torres “escorregou” por veredas, as quais não se propunha inicialmente.

Por isso, existem brechas e partes pouco claras na série de escritos de Alberto Torres – homem de idéias mas também de poder – que podem ser mais bem entendidas se levarmos em consideração mudanças conjunturais, disputas políticas, hesitações pessoais e aquisições teórico-intelectuais na vida do autor. Eu me permiti usar dos escritos de Alberto Torres como reflexos de seus interesses nesse tempo. Essa forma de lidar com seus escritos, se contrapõe a uma visão não-histórica, dogmática e idealista construída por ele mesmo em seus livros, perpetuada por memorialistas. Busquei as “partes que ficaram na sombra”, tentando escapar desse enquadramento feito pelo autor, comparando seus textos com os problemas e situações vividos na sua gestão pública – em outras fontes, no meu caso, basicamente secundárias.

É sobre apenas um aspecto dessas imagens que o autor deixou, que se relaciona com medidas disciplinares sobre trabalhador rural fluminense, que irei deter-me agora.³

A disciplina

Por vários anos, o núcleo de intelectuais fluminenses se esforçou muito para reabilitar a imagem do trabalhador nacional (quase sempre os negros libertos) da inferioridade em sua relação com os imigrantes europeus recém-chegados. Este trabalhador nacional era visto como ignorante, vadio e indisciplinado, o que justificaria medidas na forma de leis e coerção que eram cobradas do Estado pelos próprios fazendeiros, como esses aqui:

Os abaixo assinados negociantes nesse distrito pedem providências no sentido de ser garantido as suas propriedades visto não existir aqui destacamento e não poder as autoridades reagir gatunos e desordeiros. Ass [...]⁴.

Se a necessidade de saber lidar com os libertos era o fato que justificava os numerosos discursos de valorização do trabalhador nacional no estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo os novos termos da negociações, impostos pela abolição, entre estes e os fazendeiros, traziam problemas. Se a utilização dos nacionais era a saída para os fazendeiros menos afortunados, e não seria mais a causa do atraso da nação, restava conseguir convencer esses trabalhadores (ou forçá-los) a rumarem para as fazendas.

A situação de “anarquia”, “desequilíbrio” e “desordem” na produção agrícola e no controle da mão-de-obra deveria ser sanada com medidas restauradoras (MENDONÇA, 1996). Era preciso, então, que o Estado se pusesse como ator enérgico para manter as relações de produção.

Para entendermos as representações que vão justificar as práticas coercitivas em relação aos trabalhadores, é preciso entender a lógica do pensamento autoritário que se formava. Segundo essa ideologia, a sociedade deveria ser uma empresa concorrencial de pequenos produtores, que, pela aptidão e trabalho, têm direito à acumulação privada (LAMOUNIER, 1978). Por esse viés, a propriedade privada é plenamente justificada e deve ser assegurada pelo

Estado. No caso específico do universo rural fluminense, Torres fazia o seguinte diagnóstico:

Se a lavoura carece de trabalhadores, não é por falta de gente estabelecida no país [...] não há recanto inculto e árido [...] onde não se encontre sempre um enxame de indivíduos em número muito superior às necessidades das culturas que se avistam pelos arredores. [...] No dia em que, por meio de um conceito ou medidas próprias a reanimar os bons estímulos e a abater as más seduções, a generalizar as condições de interesse pelo trabalho e, principalmente, as de eficácia do trabalho, combatidos energeticamente com medidas de polícia, de segurança, de higiene e de conservação [...] os poderes públicos, desde a União até os municípios, de acordo com os lavradores, abrirem guerra à ociosidade e oferecerem garantias e estabilidade e de prosperidade à gente do campo, afluirá, sem dúvida nenhuma, para o trabalho remunerado uma grande parte dessas populações [...]. (TORRES, s. d.).

A intenção era convencer que, se uma parte dos libertos se somava agora a estes ociosos, essa gente precisava ser disciplinada pelos poderes públicos. O Governo fluminense propunha, então, como principais vetores de superação do atraso, que se desse

[...] terras a todos os homens válidos, instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir, instrução secundária e superior a todos os que são capazes, não o dando a nenhum que não o seja, educação social e profissional, também a todos. (TORRES, 1914).

Essa instrução era entendida como processo de convencimento dos trabalhadores a se incorporarem no processo produtivo. Não adiantando, lançar-se-ia mão da repressão da vadiagem e do latrocínio pela polícia. Embora esse aspecto da repressão esteja conscientemente ausente dos escritos ruralistas, podemos comprovar pelo Relatório da Secretaria de Finanças do estado do Rio de Janeiro de 1898 que o maior gasto do Estado era com o que chamava-se Força Pública. Mesmo que esses efetivos não estejam explicitados por áreas, podemos deduzir que uma parte serviria à reivindicação de po-

liciamento dos cidadãos como os do telegrama de Entre Rios, anteriormente citado.

O ensino profissional agrícola – instrução agrícola básica – era a forma pensada para disciplinarização da mão-de-obra. Por disciplina, podemos entender o aspecto civilizador do conhecimento: a domesticação do bruto em cidadão pela inculcação de uma nova ética do trabalho. A instrução, segundo Alberto Torres, seria dada segundo a capacidade de cada um. Isso queria dizer que alguns seriam formados para trabalhar, outros para vigiar, e uma pequena minoria (de grandes proprietários) para dirigir o processo produtivo. O objetivo desse ensino seria a formação de uma nova categoria de produtores nacionais que se adaptassem melhor ao processo de capitalização da produção agrícola (técnica e mercadologicamente: mecanização das lavouras, diversificação dos cultivos e seleção de espécies) e neutralizasse as ideologias que falavam em luta de classes no campo.

Os objetivos não declarados dessa coerção eram também impedir que os nacionais pudessem se dedicar, pelo apossamento de terras virgens, à agricultura familiar de subsistência, em detrimento do trabalho na grande lavoura. Visava prevenir que a propriedade privada, (no caso, a grande propriedade) fosse posta em questão, tanto pela ocupação de fazendas abandonadas quanto pelas características autonomistas dos novos sistemas de produção impostos pela abolição. Para isso, era importante que houvesse outros tipos de relações de trabalho, como esta, na idéia de Torres:

[...] A terra nos pode suprir tudo de que carecemos para viver. Com a criação de indústrias agrícolas comuns, capazes de produção comercial, e com a localização de brasileiros em situação de poder obter terra, como se dá nos países civilizados, tudo de que pode carecer uma família, solveríamos dous problemas: o de supprir as cidades e populações ocupadas com outras indústrias com os gêneros indispensáveis à vida ordinária; e o de crear conforto e prosperidade para grande número de patrícios nossos. (TORRES, 1911).

A proposta da instalação de colônias de pequenos proprietários no interior das grandes fazendas, partindo da iniciativa do próprio dono das terras, foi vista como uma boa opção para se manter a mão-de-obra cativa (fortalecendo o latifúndio) e se ter controle sobre a mobilidade dos trabalhadores (impedindo que migrassem para as cidades). O Estado se colocaria, então, como fiscalizador das relações de trabalho, além de comandar o processo de modernização e soerguimento da agricultura por meio, principalmente, da repressão da força de trabalho.

É importante frisar que Alberto Torres estava escrevendo no meio das reivindicações crescentes do operariado urbano e da crise geral (administrativa e econômica) do estado fluminense. Mesmo assim, não formula estas “desordens” como fruto da profunda desigualdade social nem do efetivo favorecimento de setores locais com a dependência externa e a “anarquia política”. Seu projeto não podia ser visto como fruto de um Estado que defendia interesses da classe dominante agrária.

Construindo essa imagem a-classista, a-partidária e a-política dos conflitos no campo, e legitimando, sobretudo, a superioridade técnica e administrativa de suas idéias, o raciocínio de Alberto Torres justificou um conjunto de práticas que impediam o acesso à terra e à produção fora do setor mercantil para os homens pobres. O discurso era no sentido de que eles deveriam ser incorporados pela nação (entendida aí com sinônimo da grande lavoura ou mercado de trabalho), e que se negar a isso era negar o progresso, que, mais cedo ou mais tarde, atingiria o campo.

Nesse contexto, o saber técnico foi usado como instrumento de legitimação do autoritarismo de Estado, e sendo assim, o saber do pequeno produtor foi taxado de atrasado e desconsiderado no momento de se fixar as metas de produtividade que deveriam ser cumpridas. Os parâmetros eram os da grande empresa agrícola. Com o objetivo de criar uma nova ética de produção mercantil e racionalizada, o Estado se apropria da Ciência, legitima seus agentes como portadores de uma racionalidade a toda prova, e afasta os pequenos produtores dos centros de decisão. Podemos concluir,

então, que a imposição, via autoritarismo estatal, de um paradigma de produtor moderno (nos moldes norte-americanos) foi extremamente excludente no Brasil (MENDONÇA, 1997).

Por isso concordo que, mesmo não sendo reacionário, o ruralismo era uma proposta conservadora, na medida em que baseou suas políticas no controle da mão-de-obra e na manutenção da estrutura fundiária. Além da imposição compulsória de um modelo de produção agrícola que pouco respeitou ou incluiu os pequenos produtores, a defesa de um processo industrial para a agricultura – via difusão de novas técnicas e autoritarismo de Estado – foram um marco inicial da entrada do capitalismo no campo, que pode ainda ser barrado tanto pelos setores tradicionais de grande porte, quanto pela fraca estruturação do próprio governo fluminense em termos de continuidade de sua política, o que não acontecerá depois de 1930.

Conclusão

Algumas teorias aventadas por outros autores que estudaram a memória social se confirmaram durante esse trabalho. Primeiro, de que a memória se caracteriza como uma operação sobre os acontecimentos, pessoas, lugares e interpretações do passado que se quer salvaguardar (POLLAK, 1989), com objetivo de formar imagens necessárias a processos de constituição e reforço de identidades. Menezes (1992) trabalha com o conceito de amnésia social, caracterizando-o como processo consciente de dissimulações e inversões na memória, os quais que levam ao apagamento de certos fatos e lembranças. Esse processo tem a ver com o de construção de identidades coletivas, já que, para tanto, é necessário dar coerência e continuidade que nem sempre são factíveis em bases históricas rigorosas. Isso, em meu estudo, levou à crítica da seleção e enquadramento feito pela produção teórica do 'grupo ruralista' sobre trabalhadores no estado do Rio de Janeiro, desvendando ou indiciando fatos e conflitos que foram intencionalmente esquecidos em seu próprio contexto – para não serem lembrados *a posteriori*.

Segundo, de que no processo de construção, constituição e formalização da memória intervêm em atores específicos e conscientes que disputam “espaços” na memória coletiva. Essa disputa pelo controle da memória passa pela escolha de testemunhas autorizadas, que têm o poder de intervir na definição do consenso social e nos conflitos de um determinado grupo, num dado momento. O caso mais claro é a memória nacional, na qual o papel dos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1987) da classe dominante e do Estado é mais direto no escamoteamento de conflitos de classe – que seriam encarados como desintegradores da identidade (POLLAK, 1989; MENEZES, 1992). No meu estudo, essa asserção foi importante para encarar o papel de Alberto Torres como um desses responsáveis pela criação de uma memória supostamente nacional que se contrapusesse à imagem criada pela versão paulista.

Disputas na sociedade política – entre frações da classe dominante – podem levar também a dicromias na produção de imagens e representações supostamente isentas e oficiais. Neste caso, se concordamos que a hegemonia é sempre uma relação de dominação instável (que deve ser continuamente reproduzida pelas classes dominantes tanto em nível de coerção como de consenso), a memória produzida por uma determinada fração de classe pode ser condenada ou apagada por outro grupo. Esse processo, desnudando conflitos que teriam de estar ocultos, dificultaria a construção de um consenso social mais eficiente que legitimasse a dominação.

Marieta Ferreira forneceu uma pista essencial para se perceber de que forma essas disputas por imagens repercutiram na fragilidade da cultura política fluminense. Ela concluiu que as classes dominantes fluminenses, durante a República Velha, não conseguiram construir unidade e consenso em torno de um projeto republicano (FERREIRA, 1994). Seria esse o motivo pelo qual o Rio de Janeiro não conseguiu fazer valer propostas e medidas que o beneficiassem – e o tirassem da crise econômica – em nível federal, onde o bloco paulista era bem mais coeso e eficiente.

A constatação de falta de consenso e unidade pode ser útil se refletirmos sobre os três elementos estruturantes de um processo

de construção de identidades: fronteiras físicas, continuidade temporal e sentimento de coerência (POLLAK, 1992). A construção de uma memória seria então fator essencial para a obtenção desses supostos sentimentos de continuidade (temporal) e coerência (filosófica) de um grupo ou de uma pessoa.

Ora, se a construção de imagens e identidades no estado do Rio de Janeiro foi mesclada por interesses distintos que se alternaram, confusamente, no aparelho público de hegemonia (tanto na administração quanto na produção de memória, repito), é possível afirmar que a disputa dessas representações afetou, em alguma medida, a imagem de si, para si e para a sociedade que o próprio governo fluminense tencionou construir, o que levaria à falta de unidade interna diagnosticada por Marieta Ferreira.

Essa falha nos mecanismos de produção de consenso (entendido como legitimidade para a sociedade) também foi estudada por José Murilo de Carvalho (1990), que aventou uma outra causalidade para além das disputas intra-classe dominante: perguntando-se sobre as tentativas de legitimação do recém-criado regime republicano para os setores extra-elite, ele concluiu que os republicanos brasileiros não foram capazes de criar um imaginário popular republicano, porque não houve como superar a concreta ausência de participação popular no novo regime. Somava-se a isso a situação de uma falta estrutural de sentimento de pertencimento comunitário e nacional, de cidadania e espírito público, na recém República. Também a eficácia de uma tradição inventada só pode ser percebida estando ela em sintonia com a vontade dos cidadãos e tendo por base crenças genuinamente populares (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

Posso somar à essas idéias a frase de Luiz Eduardo Soares, que o universo camponês está moldado por um confronto de imagens, lógicas, representações exteriores que não podem ser desmerecidas nem absolutizadas. As agências que geram essas imagens são aparelhos de hegemonia do Estado. Portanto, vai haver sempre nessa produção um termo estigmatizador (a preguiça) que procura legitimar a posição social subalterna e miserável dos camponeses (SOARES, 1981, p. 145).

Considerarei possível sintetizar o quadro apresentado por Ferreira e Carvalho, tomando-os como diferentes dimensões de um mesmo processo. Sendo assim, posso deduzir que havia vários obstáculos para a legitimação consensual do projeto de memória dos ruralistas sobre o universo rural fluminense: a falta de tradição e projeto republicanos no estado (sendo o PRF somente alavancado com a adesão dos “republicanos do 13 de maio” e monarquistas, ambos de tradição escravista); o conflito com as representações de outros setores republicanos dentro do aparelho de Estado (sobretudo a versão nacional-paulista com base na imigração e empresa cafeeira); a distância de fontes de legitimação verdadeiramente populares (já que os republicanos partiam de conceitos importados e estranhos ao cotidiano dos trabalhadores rurais, como nação, progresso, república, modernização); e a ausência de estruturas concretas de participação, autonomia e benefícios para a maior parte da população rural que forjassem uma suposta identidade entre interesses intra e extra-classe dominante.

Segundo Sônia Mendonça, a primeira república teve necessidade de redefinir as modalidades legítimas de trabalho. Logo, a criação de um “moderno produtor rural” é a taxionomia capaz de criar manter a nova ordem social no campo. O discurso da ‘crise agrícola’ na pós-abolição serviu para legitimar a intervenção do Estado na realidade, consolidando um novo projeto hegemônico, no qual a dicotomia básica das imagens se daria em torno do arcaico e do moderno (MENDONÇA, 1997). Esse projeto é basicamente sustentado por Alberto Torres, dentro do grupo ruralista.

A partir da leitura de seus textos, sugiro a seguinte hipótese: os nacionais (libertos depois da abolição) preferiram rumar para a fronteira aberta e produzir para subsistência ou mercado local em suas próprias posses, com suas famílias, a se sujeitarem à exploração do trabalho nas fazendas. Para frear esse processo, várias imagens foram construídas para justificar políticas autoritárias de disciplinarização da mão-de-obra. A questão racial foi utilizada como uma forma de coação desses homens (à medida que deslegitimava sua capacidade de opção pessoal pela não-submissão) para que se

encaixassem no mercado de trabalho esperado. Importante, também, lembrar que não se questionava sua incapacidade de participação e organização política, o que se propagandeava como benesse do Estado era tão somente sua inserção do mundo (da expropriação) do trabalho.

Notas

* As hipóteses desenvolvidas neste artigo começaram a ser elaboradas num projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq durante os anos de 1998 e 1999, quando tive acesso ao arquivo pessoal do político e intelectual Alberto Torres, no município de Itaboraí, interior do estado do Rio de Janeiro. As idéias surgidas naquele momento foram sendo por mim melhor trabalhadas nos anos seguintes.

** Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora de história da rede pública de Resende (RJ).

¹. Sobre a necessidade de construção de símbolos que legitimassem o novo regime republicano e a disputa entre os diversos grupos para a construção de uma dada memória do processo de proclamação da república ver Carvalho (1989). Do mesmo autor, "A Formação das Almas". (1992). Sobre transformações econômicas do fim do século XIX no Rio de Janeiro ver Mendonça (1977).

². É preciso reconhecer que a política diversificadora, amplamente defendida por Alberto Torres e depois parcialmente implementada por Nilo Peçanha, teve seu escopo limitado tanto pelas resistências do poder federal e local em prol do café, quanto pelas pressões do mercado internacional. Assim, foi incentivada basicamente até 1918, sem maiores repercussões no período posterior. Segundo Ferreira, não conseguiu mover uma real reconversão de capitais da monocultura para a policultura, embora tenha havido um aumento na produção de gêneros de consumo interno em relação à década de 1890 (FERREIRA, p. 48).

³. No trabalho final dessa pesquisa, foram analisadas quatro imagens principais: sobre o latifúndio; a apatia e indolência dos trabalhadores; o Estado e a disciplina. Aqui será descrita apenas uma delas por falta de espaço. Para as outras, ver Pedroza (1999).

⁴. Telegrama do chefe de polícia de Entre Rios: s. d. (entre 1898 e 1900) para o governador do estado, Alberto Torres. Arquivo pessoal de Alberto Torres, Itaboraí (RJ).

Referências

CARVALHO, José Murilo. As proclamações da República. **Ciência hoje**, Rio de Janeiro, nov. 1989.

CARVALHO, Tarcísio M. **Jeca Tatu reinventado**: a exclusão dos sem terra na nova república. 1998. Monografia (Bacharelado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CASTRO, H. Os últimos cativos: trabalho rural e direitos civis no Brasil oitocentista. In: CARNEIRO, Maria José et al. (Orgs.). **Campo**

aberto: o rura no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. A escravidão fora das grandes unidades agro-exportadoras. In: CARDOSO, Ciro. **Escravidão e abolição no Brasil:** novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 43.

LEITE, Edgar Teixeira. **Ideário de Alberto Torres.** 1ª versão datilografada na Casa de Cultura de Itaboraí. Arquivo Pessoal de Alberto Torres.

TORRES, Alberto. **Fontes de vida no Brasil.** Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1915. 1ª versão datilografada original na Casa de Cultura em Itaboraí.

_____. **A crise de braços e a organização do trabalho.** Arquivo pessoal de Alberto Torres. Itaboraí-RJ. Mimeografado.

_____. A liberdade na lei e nos fatos. **O Imparcial**, 12 ago. 1916. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto I. **Gazeta de Notícias**, 24 jun. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto II. **Gazeta de Notícias**, 28 jun. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto III. **Gazeta de Notícias**, 1 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto. **Gazeta de Notícias**, 5 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto IV. **Gazeta de Notícias**, 8 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto V. **Gazeta de Notícias**, 15 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto VI. **Gazeta de Notícias**, 21 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto VII. **Gazeta de Notícias**, 27 dez. 1910. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto VIII. **Gazeta de Notícias**, 3 jan. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto IX. **Gazeta de Notícias**, 24 jan. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. À margem de um manifesto X. **Gazeta de Notícias**, 21 out. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. As nossas roças e a nossa nacionalidade. **O Imparcial**, 05 set. 1915. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. **A política e os problemas parciais da produção**. 29 set. 1914. Carta a Barros Franco.

_____. O Brasil e os mestiços. **A Época**, 4 dez. 1915. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Conservadores e conservantismo. **A Tribuna**, 18 fev. 1916. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Contra a anarquia, contra o imperialismo. **Estado de São Paulo**, 5 mai. 1916. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. **Desorganização política**. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí. Mimeografado.

_____. Freios e contra-pesos. **Gazeta de Notícias**, 6 abr. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Intervenção federal. **Jornal do Comércio**, 11 jun. 1915. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Lei ilusória, num regime de mentiras. **O Imparcial**, 14 ago. 1916. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. **O latifúndio e a indústria**. s. d. Original na Casa de Cultura de Itaboraí. Mimeografado.

_____. **O problema nacional brasileiro**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1914. 1ª versão datilografada original na Casa de Cultura em Itaboraí.

_____. O problema do proletariado. **A manhã**, 27 jun. 1943. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. **O problema operário**. 10 abr. 1914. Carta pessoal.

_____. **Organização nacional**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1914. 1ª versão datilografada original na Casa de Cultura em Itaboraí.

_____. Os interesses de produção do café. **Imparcial**, 20 ago. 1914. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Os fanáticos do Contestado. **O Imparcial**, 29 set. 1914. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Partidos políticos. **Gazeta de Notícias**, 20 mar. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Pela terra dos pais e pela terra dos filhos. **Jornal do Comércio**, 27 out. 1917. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Por uma pobre gente. **Gazeta de Notícias**, 30 jun. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Política e polícia econômica. **Gazeta de Notícias**, 30 jun. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. **Política e administração fluminense**. Carta a editor de jornal, dez. 1916.

_____. Revisão constitucional. **Gazeta de Notícias**, 28 mar. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

_____. Uma Experiência. **Gazeta de Notícias**, 31 mar. 1911. Versão original na Casa de Cultura de Itaboraí.

FERREIRA, Marieta de M. (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. **Em busca da idade do ouro:** as elites políticas fluminenses na Primeira República(1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições (1870 a 1914). In: HOBBSAWM, Eric; RANGER (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **História geral da civilização brasileira.** Tomo III. 2. v. Rio de Janeiro, 1978.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEMOS, Maria Teresa T. B. **Alberto Torres:** contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995.

_____. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Rio de Janeiro.** 1997. Dissertação (Mestrado), UFF, 1977.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **A História cativa da memória?** Para um mapeamento da História no campo das Ciências Sociais. Inst. Brasileiro, São Paulo, 1992.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45).** São Paulo: Difel, 1979.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. **Nas fronteiras do poder:** conflitos de terra e direito agrário no Brasil na Segunda metade do século XIX. 1996. Tese (Doutoramento), UNICAMP, Campinas, 1996.

NAXARA, Márcia. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Annablume, 1998.

PEDROZA, Manoela. **Visões do mundo rural**: terra e trabalho pelos olhos dos políticos fluminenses na primeira república (1889-1920). 1999. Monografia (Iniciação Científica PIBIC-CNPq). UFF, Niterói, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato**: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Abstract

The article's objective is to discuss the social memory created and propagandised to rural workers by the "ruralist" nucleus, fraction of the dominant class in the First Republic in the state of Rio de Janeiro. An actual moment of domination crisis took place in the aftermath of Abolition of Slavery and Republic Proclamation, when power and production relations were being quickly undermined or questioned. Therefore, building an image of free workers that justify coercive politics on this work-force was a necessity of the "ruralist" group, which hardly dominated the state politic in the first two decades of the twentieth century. On the other hand, it's interesting to emphasize the difference between this ruralist project and the federal policies under direction of coffee farmers of the São Paulo State, both in terms of state interventionism in the production relations and priority over plantation. These programs differences and consequent conflicts prevented the ruralist project to be effective, though it was usefull as an opposition speech intra dominant class. A spokesman of this speech was Alberto Torres, whose selected texts (some of them unpublished) will be analized and compared with other versions of the same memory, in order to show the intentional, partial and interested feature of the construction of a memory that erased conflicts and brought foolishness to those free poor men, for better controlling them.

Keywords: social memory, countryside workers, state of Rio de Janeiro.